



## ARTIGOS E ENSAIOS

### Contexto e desafios da pós-graduação e da pesquisa em Serviço Social no Brasil recente

*Context and challenges of postgraduate studies and research in Social Work in recent Brazil*

*Contexto y desafíos de los estudios de posgrado y la investigación en Trabajo Social en el Brasil reciente*

**Inez Stampa<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-3770-1129](https://orcid.org/0000-0003-3770-1129)  
[inezstampa@gmail.com](mailto:inezstampa@gmail.com)

**Recebido em:** 13 jan. 2025.

**Aprovado em:** 16 jul. 2025.

**Publicado em:** 15 dez. 2025.

**Resumo:** O artigo aborda a educação superior e a recomposição do capital no Brasil contemporâneo; o desfinanciamento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil; a pesquisa em Serviço Social no contexto brasileiro da pós-graduação e, neste âmbito, o papel das agências de fomento e desafios a serem enfrentados. O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental, com utilização de dados de fontes primárias e secundárias, e está assentado no materialismo histórico dialético. Conclui-se que os desafios demandam articulações da área de Serviço Social com o projeto societário mais amplo, que lute pela emancipação humana, na construção de uma sociedade sem exploração de qualquer ordem de dominação de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual e tantas outras.

**Palavras-chave:** recomposição do capital; educação; pós-graduação; pesquisa; Serviço Social.

**Abstract:** The article addresses the issue of higher education and the recomposition of capital in contemporary Brazil; the underfunding of research and postgraduate studies in Brazil; research in Social Work in the Brazilian context of postgraduate studies, and, in this context, the role of funding agencies and challenges to be faced. The study was developed based on bibliographic and documentary research, using data from primary and secondary sources, and is based on dialectical historical materialism. It is concluded that the challenges demand articulations of the area of Social Work with the broader societal project that fights for human emancipation in the construction of a society without exploitation of any order of domination of class, race, ethnicity, gender, sexual orientation and many others.

**Keywords:** Recomposition of Capital; Education; Postgraduate Studies; Research; Social Work.

**Resumen:** Este artículo aborda la educación superior y la reconstitución del capital en el Brasil contemporáneo; la falta de financiación para la investigación y los estudios de posgrado en Brasil; y la investigación en trabajo social en el contexto brasileño de posgrado, incluyendo el papel de las agencias de financiación y los desafíos que se deben enfrentar. El estudio se desarrolló con base en investigación bibliográfica y documental, utilizando datos de fuentes primarias y secundarias, y se fundamenta en el materialismo histórico dialéctico. Concluye que estos desafíos requieren la articulación entre el campo del trabajo social y el proyecto social más amplio, que busca la emancipación humana y la construcción de una sociedad libre de la explotación por cualquier forma de dominación basada en la clase, la raza, la etnia, el género, la orientación sexual y muchos otros factores.

**Palabras clave:** recomposición de capital; educación; estudios de posgrado; investigación; Trabajo Social.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

## Introdução

A pesquisa que dá origem a este texto<sup>2</sup> tem por objetivo analisar a conformação da pós-graduação no Brasil, com base nas investigações e nas produções que vêm sendo desenvolvidas pelos programas de pós-graduação da área de Serviço Social, abrangendo a última avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes (2017-2020), e os anos de 2021-2024 (atual período da avaliação em curso). Busca verificar, portanto, a tendência na produção dos atuais 38 programas de pós-graduação que compõem a área.

Com base no aporte da teoria social de Marx, a metodologia de pesquisa possui natureza qualitativa e é desenvolvida mediante revisão da literatura do Serviço Social brasileiro produzida por pesquisadores que vêm se dedicando ao tema da formação de recursos humanos, da produção do conhecimento e da pós-graduação na área e pesquisa documental, que toma como base os registros realizados pelos programas na Plataforma Sucupira da Capes, além de documentos produzidos pela própria Capes e por outros órgãos do Ministério da Educação que tenham vinculação com a temática do estudo realizado. Dados secundários elaborados por órgãos oficialmente reconhecidos também são fonte para a pesquisa.

De forma geral, o estudo pretende contribuir com a temática da pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social e na formação de assistentes sociais, bem como na formação de profissionais de áreas afins presentes em seus programas de pós-graduação, destacando-se, neste caso, a interdisciplinaridade. Espera-se que os resultados do projeto possam dar retorno para os programas de pós-graduação da área sobre as pesquisas e a produção que vêm realizando atualmente, e que sirvam de base às discussões realizadas pelos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) "Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional" e "Trabalho, Questão

Social e Serviço Social" da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e também pelo conjunto formado por Conselho Federal de Serviço Social e seus conselhos regionais (conjunto CFESS/CRESS).

A reflexão aqui apresentada desenvolve-se com base em pesquisa bibliográfica e documental, com utilização de dados de fontes primárias e secundárias, e está assentada no materialismo histórico dialético.

O texto está estruturado em três seções: "Recomposição do capital no Brasil: incidências na educação superior"; "Instituições de pesquisa e da pós-graduação no Brasil: o dilema do desfinanciamento e da desqualificação"; "Desafios para a pesquisa em Serviço Social no contexto atual" – além desta introdução e das considerações finais.

Para o presente artigo, recortou-se, portanto, parte dos achados do estudo que trata sobre o contexto e os desafios da pós-graduação e da pesquisa em Serviço Social no Brasil recentemente, marcados, sobretudo, pelas acirradas disputas em torno da educação superior e sua relação com a recomposição do capital no Brasil contemporâneo; o desfinanciamento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil; a pesquisa em Serviço Social no contexto brasileiro da pós-graduação e, neste âmbito, o papel das agências de fomento e desafios a serem enfrentados.

Vivemos, na conjuntura recente, no Brasil, a desqualificação da produção do conhecimento voltada para a defesa dos direitos humanos e, também, desprezo às questões que dizem respeito à defesa da natureza, de forma geral. Tais ataques advêm dos setores conservadores, que atuam fortemente na defesa do capital e em estreita colaboração e articulação com as classes hegemônicas.

Em razão dessa direção, que é pautada em interesses políticos, econômicos e sociais, instalou-se no país uma apologia ao negacionismo e ao irracionalismo nas formas de interpretação

<sup>2</sup> Trata-se do projeto intitulado "Pós-Graduação em Serviço Social: tendências na pesquisa e na produção de conhecimento no Brasil", financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com Bolsa de Produtividade em Pesquisa – PQ para o período 2022-2026.

da realidade. Tais processos, que não são novos, sobretudo em se tratando da sociabilidade capitalista, são funcionais à defesa da ordem burguesa e das frações parasitárias do capital em um quadro societário global de grave crise econômica, política e sanitária (Santana; Stampa; Carvalho, 2020).

As áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas – nesta última se insere o Serviço Social – sofreram ataques frontais do governo Bolsonaro (2019-2022) e ainda enfrentam grandes desafios no atual governo Lula. São áreas de conhecimento que, resguardadas suas diferenças, desenvolvem estudos voltados aos interesses da vida social e, não raro, questionam as contradições inerentes ao modo de produção e reprodução capitalista, que, na realidade, excluem os/as trabalhadores/as do acesso aos bens e serviços produzidos coletivamente.

Por essas razões, para tratar o tema aqui proposto, e conforme anunciado, serão abordadas a questão da educação e recomposição do capital no Brasil contemporâneo; o problema do desfinanciamento das instituições de pesquisa e pós-graduação no Brasil; e o Serviço Social no contexto brasileiro da pós-graduação, para refletir sobre os desafios à pesquisa em Serviço Social na atual conjuntura e, neste âmbito, tocar também no papel das agências de fomento e na questão do financiamento. Nos limites desta exposição, o que se busca, efetivamente, é pontuar elementos para a reflexão que, pela sua natureza, é bastante complexa e exige estudos e debates aprofundados para o seu desvelamento e enfrentamento.

## Recomposição do capital no Brasil: incidências na educação superior

De 2008 a 2015, vimos ocorrer uma nova sequência na longa história da situação mundial. A partir de 2011, movimentos de massa quase insurrecionais deram testemunho da exasperação dos povos. Essas revoltas constituem uma resposta à crise estrutural oficialmente admitida em 2008. Elas confirmam o esgotamento da fase de mundialização capitalista<sup>3</sup>.

As desigualdades sociais, o desemprego e a precarização derrubaram o consumo popular e provocaram uma crise de superprodução (Mandel, 1985). O recurso ao superendividamento encontrou seus limites; e, pela extensão dos mercados financeiros, ele contaminou todas as bolsas de valores. A explosão dos *subprimes*<sup>4</sup> assinalou a passagem da dívida das famílias para as empresas bancárias. O salvamento dos bancos pelo Estado inaugurou a crise das dívidas públicas. A redução dos déficits pelos planos de austeridade deveria permitir uma saída da crise, preservando os lucros e mantendo a preeminência do mercado mundial dos capitais/privilégios dos acionistas. Mas, a partir de 2013, a situação parece ter ressurgido. As políticas dominantes de austeridade e ajuste estrutural se reafirmaram. A arrogância neoliberal retomou a dianteira.

A desestabilização, as guerras, as repressões violentas e a instrumentalização do terrorismo agora se impõem em todas as regiões. Correntes ideológicas reacionárias e populismos de extrema direita mostram-se cada vez mais ativos. Assumem formas específicas, como o neoconservadorismo libertário nos Estados Unidos, as extremas direitas e as múltiplas formas

<sup>3</sup> Utilizo a denominação *mundialização do capital* porque este conceito, cunhado por Chesnais (1996), expressa de forma clara a nova etapa de internacionalização do capitalismo, ainda em curso. Creio que o termo *globalização*, muito difundido entre nós, é um termo carregado de ideologia, com certo caráter apologético, com pouco ou nenhum rigor conceitual, o que o torna um mito do nosso tempo. Por essa razão, em vez de *globalização*, adoto os termos *mundialização do capital* e *nova ordem do capital*, de acordo com Chesnais (1996) e Harvey (1998), respectivamente. A busca de recomposição pelo capital, que de muito já era internacionalizado, dá-se mediante a mundialização do mercado. O capital rompe as fronteiras nacionais e constitui-se em poder global, drenando a maior parte do fundo público nessa recomposição. Trata-se de deixar o mercado livre para ser o grande regulador das relações sociais e, conseqüentemente, prega-se o Estado articulador e financiador da recomposição capitalista.

<sup>4</sup> É uma modalidade de **crédito de risco** concedida a tomadores que não apresentam garantias suficientes para comprovar sua adimplência. O termo foi criado nos EUA, no início dos anos 2000, como uma forma de empréstimo de **segunda linha** para o setor imobiliário que possuía taxas mais altas e alienava a residência do tomador. A crise do *subprime* foi uma crise financeira que teve início em julho de 2007 nos EUA, a partir da queda do índice *Dow Jones* (está entre os principais indicadores financeiros do mercado de ações norte-americano) motivada pela concessão de crédito hipotecário de alto risco. Ou seja, o *subprime* foi um dos principais catalisadores da crise econômica de 2008, considerada o pior momento do capitalismo desde a Grande Depressão de 1929.

de nacional-socialismo na Europa e, em países da América Latina, as ditaduras e as monarquias do petróleo (Massiah, 2017).

O momento é de crise flagrante e, com base no pensamento de Antonio Gramsci (2007, p. 2238), pode ser caracterizado como uma situação em que “velhas relações não se esgotaram ou não morreram e as novas ainda não puderam nascer”<sup>5</sup>. Nessas circunstâncias, lembra-nos Gramsci, o risco é o do surgimento dos mais diversos comportamentos mórbidos. E essa morbidez, sem dúvida, explicita-se hoje tanto no processo material concreto das contrarreformas conduzidas no país sob a lógica da mundialização excludente quanto pela superestrutura ideológica do neoliberalismo<sup>6</sup> radicalizado, que lhes dá sustentação.

Aqui cabe situar o aprofundamento da crise de 2008, que levou o capitalismo neoliberal financeirizado a um novo patamar, permitindo a formação de um novo bloco histórico, na década seguinte, para sua legitimação, e que teve como consequência a ascensão de governos neofascistas em vários países do mundo.

Fraser (2020) afirma que o neoliberalismo é um projeto político-econômico que pode se articular a perspectivas de reconhecimento diversas, inclusive progressistas, mantendo intocados seus pressupostos. A partir da década de 2010, a configuração hegemônica do neoliberalismo passou a ter uma face reacionária, racista, misógina, retomando sua experiência inicial da ditadura chilena da década de 1980, com personagens do período como Paulo Guedes<sup>7</sup>, ministro da Economia no Brasil de 2019 a 2022.

No Brasil, essa virada se iniciou com o golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016 (Demier, 2017), que derrubou o governo eleito de Dilma

Rousseff (2011-2016). Ainda que tenha garantido transferências do fundo público para o capital financeiro e a continuidade das contrarreformas redutoras de direitos sociais nas décadas anteriores, as exigências impostas pelo capital, como consequências mundiais da crise de 2008, levaram ao aprofundamento dos pressupostos neoliberais.

Dardot e Laval (2019) concordam que o neoliberalismo se ressignifica e se aprofunda após a crise de 2008. Os marcos políticos dessa virada são, para os autores, a eleição de Trump em 2016, o *Brexit*<sup>8</sup> e a eleição de Bolsonaro, no Brasil, em 2018. O neoliberalismo não só sobrevive, mas se radicaliza, descartando cada vez mais os pressupostos da democracia liberal e dos direitos sociais, ainda que mínimos. Para os referidos autores, isso ocorre porque o neoliberalismo se tornou um sistema mundial de poder que se alimenta das próprias crises econômicas e sociais que gera, porque as respostas a essas crises reforçam e aprofundam indefinidamente sua lógica, bloqueando qualquer alternativa. Dessa forma, nessa fase, que chamam de “novo neoliberalismo”, o sistema se aproveita dos questionamentos à democracia liberal, gerados pela própria razão neoliberal, e se apropria das tendências nacionalistas, autoritárias, xenófobas, assumindo um caráter hiperautoritário para impor a lógica do capital sobre a sociedade.

Assim, ao se proceder à análise do processo de recomposição do capital e seus rebatimentos na política educacional brasileira, tendo em conta a centralidade que a educação vem assumindo no discurso de organismos internacionais, sobretudo a partir da década de 1990, observa-se o desacordo entre o novo perfil de mão de obra

<sup>5</sup> Tradução livre de “*Il vecchio mondo sta morendo, un nuovo mondo tarda a nascere e, in questo chiaroscuro, i mostri scoppiano*” (Gramsci, 2007, p. 2238).

<sup>6</sup> O neoliberalismo é uma concepção político-ideológica segundo a qual o mercado se traduz em um valor incontestável, de modo que qualquer empecilho à livre circulação de mercadorias é visto como ameaça ao equilíbrio das forças sociais. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 15), é uma forma de governança e de intervenção que depende crucialmente de uma ação estatal abrangente, razão pela qual definem o neoliberalismo “como o conjunto de discursos, práticas, dispositivos, que determinam um novo governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”, pois a extensão da lógica do mercado se dá por meio da transformação do Estado.

<sup>7</sup> Paulo Guedes, nos anos 1980, depois de seu doutoramento em Economia pela Universidade de Chicago (EUA), foi recrutado por Selume, ex-diretor de Orçamento da ditadura de Pinochet (1973-1990), que dirigia a Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile. Guedes afirmava pretender fazer no Brasil as reformas que foram feitas no Chile de Pinochet: autonomia do Banco Central, câmbio flutuante, equilíbrio fiscal (equilíbrio entre receitas e despesas públicas) e previdência social no regime de capitalização (Fernández, 2018).

<sup>8</sup> A saída do Reino Unido da União Europeia (iniciada em 2016 e efetivada em 2020) foi apelidada de *Brexit*, palavra originada na língua inglesa resultante da junção de *British* (“britânico”) e *exit* (“saída”).

demandado pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho (Ianni, 1994) e a formação oferecida nas instituições educacionais. Tal fenômeno circunscreve-se, também, no contexto de aprofundamento do neoliberalismo,

Nesse cenário, a qualidade – processual, contextual e transformadora – é abstraída e esvaziata, sendo reduzida a elemento de retórica, e assumindo a função ideológica de contribuir para o fortalecimento dos projetos de educação e de sociedade defendidos pelas classes hegemônicas. Ou seja, a política de educação adquire novos contornos mediante as mudanças ocorridas na sociedade. Com isso, parece impertinente tratar o tema sem referi-lo ao conjunto complexo das relações sociais e às contradições existentes em nossa sociedade (Stampa; Forti, 2019, p. 30).

A educação vem respondendo, progressivamente, às principais exigências da ideologia neoliberal, como, por exemplo:

[...] a adoção do discurso da “qualidade total”, a ênfase em um processo educativo centrado no ensino de competências e habilidades para a entrada no mercado de trabalho; e o treinamento dos indivíduos para a mera aquisição das técnicas necessárias ao “saber-fazer” em detrimento da importante articulação com o “pensar sobre o fazer”. Nesse sentido, “tendo em conta a direção que a educação formal vem assumindo frente à hegemonia do neoliberalismo, cabe perguntar: a quem a educação atende? E como atende? (Stampa; Forti, 2019, p. 31).

Acompanhando esse argumento, é importante destacar que a ingerência das grandes corporações financeiras na construção de diretrizes para a educação formal, como as deliberadas pelo Banco Mundial, por exemplo, caminha na efetiva consolidação do projeto hegemônico de sociedade e de educação, não favorecendo o desencadeamento da formação como estímulo do pensar crítico e atuante, tão cara ao Serviço Social.

Ressalta-se, então, a função social da universidade e a urgência de ela rever-se e reorientar-se na direção de uma superação global, conforme analisa Cortella (1993). Essa urgência é ainda maior na universidade pública, que, além de seu sustento pela quase totalidade dos que a ela

quase não têm acesso, deve configurar-se como o lócus privilegiado, embora não exclusivo, para o enfrentamento de tal *apartheid* social.

Nesse sentido, um dos grandes desafios a serem enfrentados

[...] é a formação de profissionais que, além do domínio técnico e científico, seja realmente um intelectual que possa atuar numa perspectiva de construção de um projeto social democrático e solidário. E essa tarefa não pode ser delegada à sociedade em geral. O espaço adequado e específico de seu desenvolvimento é, fundamentalmente, a escola e a universidade, que não se confunde com cursos livres ou comércio de diplomas no mercado nacional (Santana; Stampa; Carvalho, 2020, p. 71).

A relação entre educação e sociabilidade capitalista torna-se de interesse pois se reflete diretamente no campo das relações sociais. Pela mesma razão, relaciona-se também à manutenção ou à transformação do projeto de sociedade que se almeja:

As universidades passam a ser desqualificadas, apontadas como um lugar de balbúrdia e de doutrinação marxista. Em lugar do debate de natureza científica e histórica defende-se o negacionismo científico com retrocessos ao irracionalismo e obscurantismo, onde são questionadas descobertas científicas e fenômenos históricos. O terraplanismo, o questionamento da validade das vacinas e a negação do caráter ditatorial do regime militar no Brasil são exemplos de desqualificação do conhecimento científico (Santana; Stampa; Carvalho, 2020, p. 73).

Dentre as diversas expressões do neoliberalismo atual no Brasil, destacam-se o desmonte do ensino público, a desqualificação das instituições públicas de ensino superior e, particularmente, a desqualificação e o desfinanciamento da pesquisa das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, principalmente com graves consequências para a formação e a produção de conhecimento.

### Instituições de pesquisa e da pós-graduação no Brasil: o dilema do desfinanciamento e da desqualificação

O governo federal vem enfraquecendo o núcleo essencial das instituições que sustentam a

produção do conhecimento no Brasil, pela via do desfinanciamento, a exemplo do que tem ocorrido com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No governo Bolsonaro, essa foi uma estratégia largamente adotada e no atual governo Lula (2023-atual) ainda não se percebem mudanças substantivas nesse cenário.

A desqualificação do ensino superior é a forma aparente de um fenômeno que esconde determinações reais que remetem ao corte de recursos para as universidades e instituições de pesquisa, no contexto do ajuste radical nas contas públicas e no incentivo à ampliação do ensino privado. Ou seja, há uma articulação entre a questão política e a econômica na direção adotada pelo governo, com uma mediação entre a desqualificação, o desfinanciamento e a privatização.

Prova isso o Parecer n. 14/2022, de 5 de julho de 2022 (Brasil, 2022), aprovado pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE), documento que avalia o projeto de resolução das diretrizes para a implantação do ensino híbrido no ensino superior brasileiro:

Desde a data de sua publicação até 05 de abril de 2023, no campo "Assunto" da publicação, seu tema foi identificado como "Diretrizes Nacionais Gerais para o desenvolvimento do processo híbrido de ensino e aprendizagem na Educação Superior". A partir de 06 de abril de 2023, por meio de retificação publicada em Diário Oficial da União (Diário Oficial, 2023, p. 12), o conteúdo do campo "Assunto" foi modificado para "Diretrizes Nacionais para o Ensino e Aprendizado por competências e para a pesquisa institucional presenciais, mediados por tecnologias de informação e comunicação", sem que outras alterações fossem realizadas no texto. Após apresentar a justificação dos pressupostos das referidas diretrizes, o documento expressa sua defesa, aprovando-as pela unanimidade dos votos dos membros do Conselho (Nardim; Costa, 2023, p. 4).

Uma leitura mais aprofundada das proposições teóricas do documento é necessária, de modo a desvelar sua vinculação ao discurso educacional próprio do regime de acumulação flexível (Harvey,

1998). É possível verificar elementos presentes na construção textual e perceber suas implicações no processo social, pois a flexibilização de espaços e tempos de ensino operada pela mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs), se realizada conforme a proposição do parecer, favorecerá a pedagogia das competências alinhada a perspectivas ideológicas hegemônicas. Ademais, a articulação entre esses fatores certamente vai conduzir ao aligeiramento e à precarização da formação, perpetuando a desigualdade e a inclusão da classe trabalhadora nos espaços formais de educação superior de forma cada vez mais precária. Tais elementos nos levam a pensar sobre a urgência do debate em relação à utilização de tecnologias contemporâneas no ensino, tomando o conceito de *trabalho* como princípio educativo e mantendo a centralidade das propostas na relação pedagógica professor-aluno, perspectivas que vêm sendo desconstruídas nas proposições do Ministério da Educação.

Ainda que nos limites desta reflexão não seja possível examinar seus impactos diretos no ensino superior, é viável refletir dialeticamente sobre os movimentos pragmáticos em torno da composição do documento, como o debate que o circunda, as articulações entre grupos sociais interessados e/ou implicados e as práticas sociais que esse processo mobiliza. Além disso, práticas já vigentes nas instituições de ensino superior que têm como fundamento o mesmo discurso contido no Parecer n. 14/2022 também compõem a ambiência do documento, sendo inclusive mencionados como justificativa para a perspectiva de ensino híbrido que ele aprova.

Os resultados das políticas – isto é, a implementação dessas políticas e sua reverberação social – dependem da cooperação com o Estado dos muitos agentes da prática educativa, sejam eles agentes propriamente estatais ou agentes não estatais. No caso da universidade, são atores da política os membros da comunidade em geral, como docentes, técnicos, estudantes, participantes eventuais de cursos de extensão, empregadores dos profissionais egressos etc. Também são atores da política no âmbito da universidade as diferentes entidades com as quais a universidade colabora e que com ela colaboram, como

prefeituras municipais e organizações não governamentais. No que concerne às políticas públicas para o Ensino Superior, estão em jogo, portanto, não apenas a capacidade técnica ou a chamada “boa vontade política” para implementá-las, mas também as restrições delineadas pelas movimentações dos diversos atores desses processos. Além disso, estão em jogo os efeitos de todo o conjunto normativo que rege o Ensino Superior – inclusive aquele que não pareça, a princípio, atinente à política em questão (Nardim; Costa, 2023, p. 5).

Quando a Capes, pela Portaria n. 315/2022, de 30 de dezembro de 2022, acolheu o Parecer n. 14/2022 do Conselho Nacional de Educação (Capes, 2022a), permitiu a hibridização nos programas de pós-graduação, ou seja, induziu essa forma hibridizada de formação, o que é um risco enorme para o avanço do ensino a distância (EaD) também na pós-graduação *stricto sensu* e seu aprofundamento na graduação.

Com isso, não se nega a importância que as tecnologias tiveram, por exemplo, no período da pandemia de Covid-19 ou para facilitar reuniões de pesquisa com parceiros estrangeiros, ou mesmo para viabilizar bancas de defesa de tese com convidados de instituições estrangeiras ou de estados da federação num contexto de recursos escassos. O uso das TICs pode ser uma forma de facilitar bancas, realizações de eventos, reuniões acadêmicas porque os recursos estão deveras minguados, mas não se pode concordar com a adoção desse sistema híbrido de ensino.

Além disso, merece registro o Parecer n. 331/2024<sup>9</sup> de 12 de junho de 2024, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) (Brasil, 2024), que propõe uma revisão da Resolução CNE/CES n. 7, de 11 de dezembro de 2017, a qual estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. O novo parecer desobriga instituições de ensino superior a solicitar autorização da Capes para a abertura de novos cursos de pós-graduação no Brasil, o que pavimenta ainda mais o caminho para a privatização

da pós-graduação *stricto sensu* no país e fere a qualidade do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) ao aprofundar assimetrias regionais e intrarregionais.

Em nota pública de 13 de agosto de 2024, o Fórum Nacional de Educação (FNE)<sup>10</sup> manifestou preocupação com a desagregação do SNPG proposta no referido parecer, indicando tratar-se de medida que, além de perpetuar, intensifica a concentração de recursos e oportunidades nas regiões historicamente favorecidas. Trata-se de uma perspectiva que desconsidera a necessidade de fomentar a equidade no desenvolvimento da pós-graduação nas diversas regiões do país.

Tais medidas, associadas com o crescente desfinanciamento em ciência e tecnologia no país, agravam o quadro da pesquisa e da pós-graduação nos anos 2020. Vejamos.

O governo federal investiu no ano de 2020, em ciência e tecnologia, menos recursos do que aplicava no setor em 2009. O patamar em 2020 foi de R\$ 17,2 bilhões, ante R\$ 19 bilhões aplicados no ano de 2009 — ou seja, o Brasil teve o menor investimento na área dos últimos doze anos. O investimento em ciência e tecnologia no governo federal atingiu o pico em 2013, quando o gasto havia sido de R\$ 27,3 bilhões (Ipea, 2021).

O corte de verbas cria desde problemas pontuais, como a pane da Plataforma Lattes — banco de dados com informações de todos os pesquisadores brasileiros, que ficou *fora do ar* durante duas semanas no mês de agosto de 2021 —, até efeitos no longo prazo, como a perda de competitividade da economia. Desde o início do ano de 2020, a importância da ciência também aumentou com a demanda criada pela pandemia, que envolve estudos sobre testes, remédios e vacinas contra a Covid-19, entre outras iniciativas.

No entanto, na gestão de Bolsonaro, a falta de dinheiro foi agravada pela retenção de parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O bloqueio foi proibido pelo Congresso, mas cerca de R\$ 2,7 bilhões

<sup>9</sup> Aprovado em 12 de junho de 2024, trata sobre a revisão da Resolução CNE/CES n. 7, de 11 de dezembro de 2017, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, e ainda aguarda homologação pelo Ministério da Educação.

<sup>10</sup> O FNE é um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro; uma reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação de 2010.

continuaram travados. O FNDCT, criado em 1969, é um fundo de natureza contábil que tem como objetivo financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do país; e a Finep exerce a função de Secretaria-Executiva do FNDCT, responsabilizando-se por todas as atividades de natureza administrativa, orçamentária, financeira e contábil.

Praticamente toda a pesquisa brasileira realizada em empresas, universidades ou instituições de pesquisa é financiada com os recursos desses três fundos: CNPq, Capes e FNDCT. Mesmo as instituições de pesquisa vinculadas ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), assim como as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) nos estados, acabam necessitando de recursos adicionais de pesquisa e recorrendo aos editais do FNDCT, bem como às bolsas de pesquisa e formação do CNPq e da Capes.

Juntas, as três instituições já responderam por 40% de toda a verba para a ciência na União — hoje, a fatia é de 28%. As instituições dispõem, hoje, de valor semelhante ao que controlavam no começo dos anos 2000, quando a quantidade de pesquisadores no Brasil era bem menor que a atual. O gasto só não caiu mais porque temos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituições cujo investimento não caiu tanto — por questões de interesse do agronegócio (a primeira) e em razão da pandemia de Covid-19 (a segunda). Só que essas duas instituições tratam das pesquisas realizadas por elas próprias e não daquela realizada nas universidades.

Se examinarmos só os fundos cuja finalidade principal é financiar a pesquisa — FNDCT, Capes e CNPq —, observaremos que o recurso desses fundos caiu para níveis do início dos anos 2000, conforme demonstra o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2021). Isso gera impacto muito forte do ponto de vista da formação de cientistas e vem causando grande impacto na nossa capacidade de produção de conhecimento.

Em abril de 2021, ao sancionar o orçamento

para o exercício de 2021, Bolsonaro desrespeitou a lei complementar aprovada semanas antes pelo Congresso e bloqueou R\$ 5 bilhões do FNDCT. A lei que proíbe o bloqueio de recursos do fundo foi aprovada após intensa pressão da comunidade científica. Até pesquisas relacionadas à Covid-19 foram paralisadas.

A verba vem sendo liberada aos poucos e a demora pode inviabilizar o uso do dinheiro. Cerca de metade do valor foi colocado à disposição para projetos de pesquisa de empresas privadas, por meio da Finep, que, conforme já mencionado, é um órgão público vinculado ao MCTI.

O que se observa, portanto, é que, na educação superior pública, o governo federal tem intensificado um projeto já em curso no país (especialmente na graduação), que diz respeito ao desmonte do financiamento do ensino superior público e ao correlato impulso à privatização, processos absolutamente interligados.

Neste aspecto, causou (e continua causando) grande preocupação o avanço do ensino a distância (EaD) na pós-graduação *stricto sensu*, com a publicação da Portaria Capes n. 90, de abril de 2019, que dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade EaD (Capes, 2019). Essa portaria amplia a possibilidade de privatização do ensino superior em nível de pós-graduação e foi publicada em contexto no qual o financiamento das universidades federais públicas já estava muito comprometido (Ipea, 2021). Isso se configura em perdas irreparáveis na formação superior brasileira, considerando que a educação a distância se estrutura, dentre outros aspectos, pela contratação precária da força de trabalho docente e por frágeis conteúdos curriculares na formação discente.

No desenho do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), há uma premência pela exigência de impactos decorrentes da pós-graduação. Há uma direção no discurso do governo federal em afirmar que os programas de pós-graduação (PPG) têm formado recursos humanos, preferencialmente, para a pesquisa (e, especialmente, para a docência) e menos para a força de trabalho profissionalizante. A tendência é a exigência de

impactos voltados aos interesses das empresas privadas e setores produtivos da economia. Por esse motivo, o governo federal vem questionando o impacto social e econômico que as pesquisas das áreas das Humanidades trazem para a sociedade — leia-se impactos no processo produtivo das empresas, quadro ainda não alterado pelo atual governo Lula.

### Desafios para a pesquisa em Serviço Social no contexto atual

Sobre a pós-graduação no Brasil e a área de Serviço Social, é importante destacar que a pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, no Brasil, faz parte de um processo histórico de expansão da pós-graduação brasileira. Na década de 1960, havia apenas 38 programas de pós-graduação no Brasil, e nenhum deles na área de Serviço Social. Em 2024, a área de Serviço Social conta com 38 programas (38 cursos com mestrado e 22 cursos com mestrado e doutorado – 57,88%), na modalidade acadêmica, sendo a única área de avaliação, dentre as 50 áreas da Capes, que não possui programas profissionais (Capes, 2023). Tanto no quesito formação de recursos humanos quanto nos impactos sociais, econômicos e políticos, os indicadores de relevância da área de Serviço Social para a sociedade se expressam na defesa radical da formação pública de qualidade, exclusivamente acadêmica, com enfoque no planejamento, na gestão e na avaliação de políticas públicas.

Os atuais 38 programas de pós-graduação da área de Serviço Social na Capes são distribuídos regionalmente da seguinte forma: 12 programas de pós-graduação na região Sudeste (31,6%), 12 na região Nordeste (31,6%), oito (8) na região Sul (21%), três (3) na região Centro-Oeste (7,9%) e três (3) na região Norte (7,9%) (Capes, 2023).

Em relação às notas, os programas de pós-graduação da área de Serviço Social acompanham

a tendência do quadro de notas no Brasil, isto é, com a maioria dos programas avaliados com as notas 3 e 4. São 9 com nota 3 (25%); 11 com nota 4 (30,5%); oito com nota 5 (22,2%); seis com nota 6 (16,7%); dois com nota 7 (5,6%); dois ainda sem nota (início de atividades em 2024)<sup>11</sup>.

Sudeste e Nordeste concentram o maior número de programas de pós-graduação da Área, com 31,6% cada região, seguidos do Sul, com 21%, do Norte e do Centro-Oeste, com 7,9% cada. Entre os 17 programas avaliados com conceitos 5, 6 e 7, a região Sudeste apresenta nove programas com melhores notas de avaliação (PUC-SP; UERJ; PUC-Rio; UFES; UFRJ; UNESP; UFV; UFF/PS<sup>12</sup>; UFJF), a região Nordeste apresenta dois programas com nota 6 (UFMA; UFPE) e dois com nota 5 (UFAL; UFPI) e a região Sul apresenta um programa com nota 7 (PUCRS) e dois com nota 5 (UFSC e UCPel), a região Centro-Oeste apresenta um programa com nota 6 (UnB), enquanto a região Norte apresenta um programa com nota 5 (UFPA). A maioria dos 38 programas de pós-graduação encontra-se nas universidades públicas federais (27). Os demais programas são distribuídos nas universidades estaduais (7), instituições privadas (6), sendo, destas últimas, cinco (5) comunitárias — quatro Pontifícias Universidades Católicas (PUC): Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio Grande do Sul (PUCRS)<sup>13</sup>, São Paulo (PUC-SP) e Goiás (PUC-Goiás) – e uma universidade católica – Universidade Católica de Pelotas (UCPel), além de uma universidade sem fins lucrativos (Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Emescam).

A área do Serviço Social, no âmbito dos registros da Capes, possui, atualmente, quatro áreas básicas: Serviço Social (27 programas), Política Social (7 programas), Políticas Públicas (3 programas) e Economia Doméstica (1 programa)<sup>14</sup> (Capes, 2023).

Sinteticamente, os temas das áreas de concen-

<sup>11</sup> Após a Avaliação Quadrienal de 2021, foram aprovadas quatro propostas de cursos novos, sendo dois cursos de mestrado acadêmico na região Sul (UFSM e Unipampa) e dois cursos de doutorado, um na região Nordeste, vinculado ao PPG em Serviço Social da UFPB-João Pessoa e outro na região Centro-Oeste, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT. Esses cursos entraram em funcionamento em 2024, após a emissão de portaria pelo Ministério da Educação.

<sup>12</sup> A UFF possui dois programas: um em Política Social (UFF/PS) e um em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF/DR).

<sup>13</sup> Em 2022, a PUCRS anunciou o fechamento do programa, que manterá atividades até a titulação do último discente matriculado.

<sup>14</sup> A área básica de Economia Doméstica deixou de existir no início de 2025, com a aprovação da mudança do programa da Universi-

tração dos programas são os seguintes: Serviço Social, Política Social, Trabalho, Direitos Sociais, Questão Social, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Estado, Sociedade, Direitos Humanos, Fundamentos, Trabalho Profissional, Cidadania, Desenvolvimento, Processos Participativos, Diversidade Humana etc. Pode-se afirmar que os temas das áreas de concentração dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social, no Brasil, ainda que estejam em diferentes áreas básicas, se articulam às questões centrais do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro e dialogam com os grupos temáticos e de pesquisa (GTP) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Capes, 2022b).

Ao atuar na promoção do desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, a Capes, em tese, é responsável pela qualidade das lideranças formadas e também pela promoção de práticas e saberes cientificamente rigorosos, que, também em tese, podem vir a ser meios para catalisar o desenvolvimento educacional, econômico e social do país.

Uma instituição é avaliada pelas funções que desempenha na sociedade. Da universidade espera-se, sobretudo, que forme profissionais e pesquisadores bem preparados e com sólidos valores éticos e de cidadania, e que gere conhecimento – ciência, tecnologia, humanidades e artes – voltado à solução de problemas relevantes para a humanidade e para a sociedade que a financia. Sabemos, no entanto, que diversas são as críticas, dentro desse contexto, referentes à avaliação realizada pela Capes para os programas de pós-graduação. E compartilhamos de muitas delas.

A partir do resultado das avaliações realizadas

temporalmente é que são definidos os financiamentos orçamentários. A avaliação viabiliza uma ligação entre desempenho e sucesso: quanto mais bem avaliado for um programa, maior a probabilidade de seus pesquisadores e alunos obterem apoio em forma de bolsas de estudo ou recursos para pesquisa e infraestrutura.

Essa influência pode, contudo, resultar em uma invasão da lógica gerencial nas organizações educacionais. Referimo-nos aqui ao fenômeno denominado “fetichismo do currículo Lattes”<sup>15</sup>, em que os pesquisadores são levados a se preocupar mais com a quantidade do que com a qualidade de suas produções científicas.

Outros elementos, como a avaliação esvaziada de reflexão, em que a produtividade passa a ser mensurada por números, levando os pesquisadores a uma busca excessiva por publicação de artigos e acumulação de pontos (produtivismo), fazem com que a produção acadêmica adquira um fim nela mesma. Justamente pelo fato de as instituições de ensino superior serem voltadas para a formação e a produção do conhecimento, ações pautadas em uma ótica racionalista de iniciativas empresariais não deveriam estar presentes nesse tipo de organização complexa.

Por essas razões, a Capes deveria estar em constante busca pelo aprimoramento de seu sistema de avaliação, para que possa agir como impulsionadora da pós-graduação brasileira na busca de um padrão de excelência científica, insistimos, voltado à solução de problemas relevantes para a humanidade e para a sociedade que a financia.

Não obstante os desafios enfrentados, seja no acompanhamento dos programas, seja em relação à questão da pós-graduação no Brasil, de forma mais geral, inclusive quanto à questão

dade Federal de Viçosa para Programa de Pós-Graduação em Política Social.

<sup>15</sup> O Currículo Lattes é uma modalidade de currículo destinada a estudantes e pesquisadores brasileiros. Os registros de dados e realizações acadêmicas são feitos na Plataforma Lattes, um ambiente virtual criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para reunir e facilitar o acesso aos currículos. Quando a criação foi proposta pelo CNPq, na década de 1990, era esperado que o currículo e a plataforma se tornassem o registro de todo o ciclo de vida acadêmico de estudantes e pesquisadores do Brasil. E foi exatamente o que aconteceu. “O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país e do exterior, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. Logo, é a base curricular para análise e concessão de benefícios ou bolsas de fomento à ciência, tecnologia e inovação aos usuários (estudantes e pesquisadores) que pleiteiam apoio dos órgãos de fomento a C&T&I” (Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-curriculo-lattes>. Acesso em: 12 jan. 2025).

do financiamento (ou do desfinanciamento) da pesquisa, o Serviço Social brasileiro vem construindo uma produção de conhecimento que faz uma crítica radical à ordem burguesa e a seus rebatimentos nas manifestações da questão social (Stampa; Santana, 2022): trata-se da articulação dialética entre a desigualdade de classes e as opressões de gênero, de orientação sexual, de raça, de geração e ciclos de vida, dentre outras contradições do modelo de sociabilidade vigente.

É, portanto, uma área de conhecimento da maior importância para a sociedade brasileira, pois procura compreender e explicar a natureza dos problemas nacionais e latino-americanos em relação às contradições entre Estado, sociedade e mercado na ordem do capitalismo, à luz do método dialético, articulado ao trabalho profissional e às respostas a essas contradições, motivo pelo qual a defesa da educação pública para a formação graduada e pós-graduada é fundamental.

Nesse sentido, defender a educação brasileira e a pós-graduação torna-se fundamental, sendo importante que as pesquisas fortaleçam as mediações entre os estudos dos fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional, sem prejuízo das demais temáticas presentes nas relações sociais capitalistas, sem perder de vista que "o surgimento do Serviço Social no Brasil ainda demanda pesquisas e aprofundamentos para captar suas determinações raciais, de gênero, sexuais, regionais, culturais, territoriais" (Guerra, 2022, p. 46).

Essa relação deve nutrir as pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação da área, à medida que as vivências do trabalho profissional de assistentes sociais trazem o significado da vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras que sofrem, no plano imediato, a violência do Estado e a brutal desigualdade de classe presentes na sociedade brasileira.

Assim, os programas de pós-graduação da área de Serviço Social potencializam, pela formação pós-graduada, impactos sociais, econômicos e culturais na vida social brasileira. O Serviço Social defende o financiamento público

das políticas sociais e a democracia como parte da construção de uma sociabilidade humana que supere a barbárie capitalista.

No entanto, são questionados, tanto pelo mercado quanto pelo Estado, os impactos social e econômico que as pesquisas das Ciências Humanas trazem para a sociedade, notadamente para o processo produtivo vinculado aos interesses empresariais. Também são questionadas as razões pelas quais a produção do conhecimento das Humanidades tem baixo impacto fora do país, considerando as exigências de internacionalização da produção. Os impactos da produção do conhecimento das áreas de Humanidades são de difícil mensuração se tomarmos como parâmetro apenas a lógica produtivista que, via de regra, tem pautado o Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro.

A pesquisa desenvolvida pelas Ciências Humanas adentra as condições objetivas e subjetivas da vida cotidiana das pessoas, nas suas mais variadas expressões, cujos impactos muitas vezes não são perceptíveis no curto prazo, mas dependem de um processo de construção de projetos de vida ao enfrentamento das adversidades impostas pelas desigualdades estruturais, principalmente no Brasil, em conformidade com a estrutura do Estado capitalista dependente (Marini, 2000).

Essas áreas de conhecimento têm se posicionado a favor da vida, da natureza e da cultura e, como tal, têm sido desvalorizadas no processo histórico da produção do conhecimento no Brasil. Na atual conjuntura, tal desvalorização toma a forma de desqualificação e desfinanciamento e, por esse motivo, há a necessidade de um firme posicionamento ético e político em favor dessas áreas na produção de conhecimento e intervenção sobre a realidade.

Com base nesse contexto, torna-se importante elaborar reflexões sobre a inserção, a relevância e o impacto socioeconômico da pós-graduação para a área do Serviço Social, que se configura como área de conhecimento e como profissão (Mota, 2016).

Nessa perspectiva, suas produções científicas (bibliográficas e técnicas) possuem relevância e impacto sobre os processos formativos, a divulgação do conhecimento, a formulação, execução e avaliação de políticas públicas e a organização de serviços sociais, contribuindo, ainda, para a formulação de legislações de políticas e serviços. Ademais, a produção intelectual da área do Serviço Social vem contribuindo não só para o conhecimento crítico das diversas expressões da questão social e das desigualdades sociais, nos âmbitos local, regional, nacional e internacional, em especial na América Latina, mas também para a proposição de respostas ao seu enfrentamento (Carvalho; Stampa; Santana, 2020, p. 424).

Embora tenha havido um avanço considerável na produção do conhecimento no Brasil e para o crescimento de áreas como o Serviço Social, ainda há muito a ser conquistado no que diz respeito à autonomia intelectual, acadêmica, científica e tecnológica rumo a um país soberano, independentemente das amarras da subserviência ao capitalismo financeiro internacional. Mas acreditamos nessa possibilidade e buscamos produzir conhecimento para emancipação.

Importante observar, contudo, que não há como desenvolver, nos limites desta reflexão, questões referentes às lutas/disputas teóricas orientadas pela direção teórica e metodológica orientada pela tradição marxista (a qual se orienta na direção de interpretar a realidade de forma radical, apontando para a necessidade de articulação dos estudos e pesquisas à totalidade das contradições da ordem burguesa, tendo em vista a sua superação) dado o pensamento conservador diante do histórico conservadorismo na profissão (Iamamoto, 1992; Yazbek, 2009), que se reatualiza à medida que se amplia o conservadorismo na sociedade mundial e brasileira. São muitas as expressões históricas e teóricas do conservadorismo. Ademais, a mercantilização do ensino a distância, a fragilidade dos fundamentos e a busca de respostas rápidas na formação e no exercício profissional também são elementos que merecem aprofundamento.

No contexto atual, de incisiva diminuição de recursos para a educação superior no Brasil, uma primeira pauta para enfrentar tal situação diz respeito à necessidade de a comunidade

universitária demonstrar sua importância para a sociedade brasileira nos mais variados níveis da vida social, no sentido de ratificar a defesa das universidades públicas e o financiamento da pós-graduação e da pesquisa.

No que se refere especificamente ao Serviço Social, é importante termos em conta que a educação é disputa, e nós, das áreas das Humanidades, estamos em um processo de disputa acirrado, porque estamos perdendo espaços, pois estamos num momento em que o pensamento crítico não é hegemônico. Ao contrário, é questionado e combatido. Se assumimos uma perspectiva crítica de pensar que o nosso conhecimento e a nossa ação estão conectados com um projeto de sociedade que não é essa que estamos vivendo, onde o velho está morrendo, então, que novo é esse que precisamos construir?

Pensar a educação nessa perspectiva transformadora e emancipadora é um grande desafio.

Para isso, é necessário estarmos cada vez mais coletivizados e comprometidos, porque estamos quase insulados nesse modo de pensar no conjunto das ciências e das formações no interior das universidades, independentemente de estarmos falando ou não de pós-graduação, mas que se expressa de forma muito contundente na pós-graduação. Expressa-se, inclusive, no financiamento para a educação na lógica de favorecer as experiências privadas, as experiências empresariais, donde afloram os mecanismos de hibridização, de EaD, do financiamento "correr por fora" da universidade, no desenvolvimento de projetos para a iniciativa privada, que captam recursos de outras fontes que não são as fontes públicas, do Ministério da Educação e de agências de fomento públicas, por exemplo, o que certamente impacta na autonomia da produção do conhecimento comprometido com as necessidades sociais (Mello; Almeida Filho; Ribeiro, 2013).

### Considerações finais

Para encerrar, retomamos a questão da apropriação e do uso do conhecimento na situação de países periféricos como o Brasil (Marini, 2000).

Apesar de o país possuir um conjunto expressivo de cientistas de bom nível e de injetar recursos (mesmo que insuficientes) no financiamento à pesquisa, levando em conta a sua realidade social, a ciência e a mentalidade científica ainda não estão incorporadas de maneira plena na sociedade.

Essa situação deriva principalmente da tremenda desigualdade social aqui existente. O sistema educacional deixa fora da educação formal de qualidade, particularmente da educação para a ciência, grande parte de nossa juventude.

Nesse sentido, constata-se que não basta injetar recursos em programas que visam equipar alguns laboratórios considerados de excelência. Esses programas, por si só, não são suficientes, pois os problemas enfrentados no desenvolvimento da ciência e no aproveitamento dos frutos da pesquisa científica são quase sempre problemas estruturais.

Consequentemente, o desafio principal que o Brasil enfrenta parece ser o estabelecimento de um sólido sistema de educação pública que permita inclui-lo em sua totalidade no desenvolvimento de uma ciência não dissociada dos grandes problemas nacionais. Para que isso aconteça, é necessária uma grande mobilização de toda a sociedade, pois a transformação exigida é essencial para que os recursos investidos na pesquisa possam, de fato, frutificar, tanto em relação à contribuição que a ciência dará para o avanço do conhecimento como em relação à melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Por seu turno, a pós-graduação em Serviço Social deve manter princípios éticos e políticos que orientem de forma intransigente a formação pós-graduada de nível superior, a pesquisa e a produção científica (bibliográfica e técnica) que se voltem aos estudos das relações sociais e das desigualdades socioeconômicas no país e às lutas políticas como forma de contribuir para a defesa e o fortalecimento da esfera pública estatal, e a proposição de mecanismos e formas públicas de enfrentamento a essas desigualdades, com a intervenção qualificada nas expressões da questão social em âmbitos local, regional e nacional,

bem como com as lutas políticas em defesa da democracia, da cidadania e dos direitos humanos.

Nesses tempos tão duros que estamos vivendo, são muitos os desafios; e eles não podem ser tomados como missão exclusiva do Serviço Social: precisamos nos articular com o projeto societário mais amplo, que lute pela emancipação humana, na construção de uma sociedade sem exploração de qualquer ordem de dominação de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual e tantas outras.

Neste aspecto, as discussões que têm sido realizadas pelas nossas entidades representativas, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS), bem como pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), são importantíssimas. Essas questões que atravessam hoje a pesquisa e a pós-graduação no Brasil, a educação superior de forma geral, precisam também ser debatidas nesses espaços; do contrário, pode parecer que a pós-graduação, a pesquisa, está descolada de tudo isso. E não está: porque, se esses desafios não forem tratados de forma coletiva, inclusive em articulação com outros fóruns externos ao Serviço Social, dificilmente a área de Serviço Social (a área de conhecimento e a profissão) poderá dar respostas políticas a tais questões.

Que, desta crise em que estamos imersos, o *mundo novo* de que nos falou Gramsci possa finalmente nascer. Que possamos (re)construir um país melhor e uma política autêntica, fruto de mudanças profundas e estruturais em nossa sociedade.

Atravessamos um período de grandes atribulações e profundas incertezas. Vivemos provavelmente uma época de transição, em que as tendências antigas vão desaparecendo e as novas estão se formando. Cumpre, ao mesmo tempo, lutar contra os monstros e construir um mundo novo.

O futuro está em aberto. Haverá outras batalhas. Haverá possivelmente (e provavelmente) outras derrotas. Mas, com base nas lições apren-

didadas com o processo histórico, teremos também resistências, avanços e vitórias.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES N° 331/2024*. Revisão da Resolução CNE/CES n° 7, de 11 de dezembro de 2017, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=259831-pces331-24&category\\_slug=junho-2024&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=259831-pces331-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192). Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP n° 14/2022*. Brasília: Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno, 2022. Diretrizes Nacionais para o Ensino e Aprendizado por competências e para a pesquisa institucional presenciais, mediados por tecnologias de informação e comunicação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=238781-pcp014-22&category\\_slug=julho-2022-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=238781-pcp014-22&category_slug=julho-2022-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 3 jan. 2025.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 139, p. 415-426, set./dez. 2020.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Portaria n° 90, de 24 de abril de 2019*. Dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade de educação a distância. Brasília, 2019. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=1028>. Acesso em: 8 dez. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Portaria n° 315, de 30 de dezembro de 2022*. Acolhe, nos termos do Parecer CNE/CP n° 14, de 5 de julho de 2022, aprovado por unanimidade, a utilização do processo híbrido de ensino e aprendizagem pelos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. Brasília, 2022a. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=11844#anchor>. Acesso em: 8 dez. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Relatório de avaliação Serviço Social ciclo 2017-2020*. Brasília, 2022b. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022\\_RELATORIO\\_AVALIACAO\\_QUADRIENAL\\_comnotaServioSocial.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf). Acesso em: 5 jul. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Relatório do Seminário de Meio Termo (SMT) da Área 32 - Serviço Social, 2023*. Brasília, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial\\_Relatrio\\_SMT\\_32verso2.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial_Relatrio_SMT_32verso2.pdf). Acesso em: 5 jul. 2024.

CORTELLA, Mario Sergio. *Universidade para o trabalhador*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomía del nuevo neoliberalismo. *VientoSur*, Madrid, n. 164, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://vientosur.info/anatomia-del-nuevo-neoliberalismo/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FERNÁNDEZ, David. La bomba de la deuda mundial amenaza con estallar. *El País*. Madrid, 9 jun. 2018. Disponível em: [https://elpais.com/economia/2018/06/08/actualidad/1528478931\\_493457.html](https://elpais.com/economia/2018/06/08/actualidad/1528478931_493457.html). Acesso em: 12 jul. 2024.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. Turim: Einaudi Editori, 2007.

GUERRA, Yolanda. A pesquisa sobre fundamentos, formação e trabalho profissional em Serviço Social frente à conjuntura nacional e internacional na atualidade. In: REIDEL, Tatiana; PINHEIRO, Hamida A.; GOIN, Marileia; GRAVE, Fatima;

CANTALICE, Luciana (org.). *Serviço Social: perspectivas internacionais sobre fundamentos, formação e trabalho profissional*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: Edua, 2022.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaio crítico. São Paulo: Cortez, 1992.

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./mar. 1994.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas públicas para ciência e tecnologia no Brasil: cenário e evolução recente. *Nota técnica n° 92*. Fernanda De Negri. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura. Rio de Janeiro, nov. 2021. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10879/2/NT\\_92\\_Diset\\_Politic\\_Publicas\\_Para\\_Ciencia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10879/2/NT_92_Diset_Politic_Publicas_Para_Ciencia.pdf). Acesso em: 30 jun. 2024.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

MASSIAH, Gustave. O novo mundo que tarda a nascer. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ed. 113, 12 fev. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-novo-mundo-que-tarda-a-nascer/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MELLO, Alex Fiuza de; ALMEIDA FILHO, Noamar de; RIBEIRO, Renato Janine. *Por uma universidade socialmente relevante*. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne\\_alexfiuza.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf). Acesso em: 6 jun. 2024.

MOTA, Ana Elizabeth. Serviço Social brasileiro; insurgência intelectual e legado político. In: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina (org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistência e ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

NARDIM, Thaise Luciane; COSTA, Leonardo Pereira da. A proposta de ensino híbrido do Parecer CNE/CP 14/22 e a precarização da formação docente. *RBEC - Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, v. 8, e15370, out. 2023.

SANTANA, Joana Valente; STAMPA, Inez; CARVALHO, Denise Bomtempo B. de. A pós-graduação em Serviço Social no contexto ultraneoliberal. In: JOAZEIRO, Edna Maria Goulart.; GOMES, Vera Maria B. (org.). *Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. Teresina: Edufpi, 2020.

STAMPA, Inez; FORTI, Lorena. Equação sem solução: nexos entre capitalismo e políticas de educação no Brasil em tempos de crise. In: SILVA, Vini Rabassa da; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta de (org.). *Políticas sociais na América Latina: retrocessos e resistências*. Curitiba: Appris, 2019.

STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente. Pesquisa em Serviço Social: contexto e tendências no Brasil atual. In: REIDEL, Tatiana; PINHEIRO, Hamida; GOIN, Marileia; GRAVE, Fatima; CANTALICE, Luciana (org.). *Serviço Social: perspectivas internacionais sobre fundamentos, formação e trabalho profissional*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: Edua, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009.

---

## Inez Stampa

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil), professora associada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Possui pós-doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq 1B.

---

## Endereço para correspondência

### INEZ STAMPA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Departamento de Serviço Social

Rua Marquês de São Vicente, 225, casa 9, Gávea, 22451-900

Rio de Janeiro (RJ), Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*